

A IGREJA CATÓLICA E A URGÊNCIA DA CAUSA SOCIAL NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Douglas Orestes Franzen¹

Resumo: O texto analisa perspectivas da causa social da Igreja Católica na década de 1960 e 1970, num contexto de reformulação das linhas de ação da instituição no período. Para tanto, a fonte de análise centra-se em dois documentos norteadores: o Plano de Emergência para a Igreja Católica no Brasil de 1963 e as conclusões da CELAM de Medellín em 1968. Nessa perspectiva são analisados discursos e práticas sociais da instituição que colaboraram na formação de uma postura política incisiva diante de realidades socioeconômicas, principalmente no espaço rural da Região Sul, nosso espaço de análise empírica. Buscamos colaborar na discussão da inserção social do catolicismo e na formação dos princípios da Teologia da Libertação, movimento abrangente de uma postura da Igreja Católica ao lado das classes sociais mais vulneráveis da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Igreja Católica, causa social, espaço rural, Sul do Brasil.

Abstract: The text analyzes prospects of the social cause of the Catholic Church in the 1960s and 1970s, in the context of reformulation of the institution's line action in the period. Therefore, the source of analysis focuses on two guiding documents: the Emergency Plan for the Catholic Church in Brazil in 1963 and the conclusions of CELAM from Medellín in 1968. In this perspective are analyzed discourses and social practices of the institution collaborated in the formation of an incisive policy stance on socioeconomic realities, especially in rural areas of the South, our empirical analysis space. We seek to collaborate in social inclusion discussion of Catholicism and the formation of the principles of Liberation Theology, comprehensive movement of a position of the Catholic Church next to the most vulnerable social classes of Brazilian society.

Keywords: Catholic Church, social cause, rural space, Southern Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A análise tem como objetivo a discussão sobre a proposta de inserção social da Igreja Católica nas décadas de 1960, num processo de constituição de uma prática de responsabilidades acerca de realidades sociais de vulnerabilidade. A partir daí partimos para a análise de documentos norteadores da Igreja no continente e no Brasil, como o Plano de Emergência para o Brasil, documento elaborado pela CNBB diante da urgência da postura social da Igreja. Os debates e as conclusões estabelecidos pela CELAM em Medellín e Puebla complementam essa preocupação de uma resposta do catolicismo diante das realidades degradantes e subversivas da população

Nesse sentido, pretendemos também abordar sob quais condições e preocupações a atenção da Igreja se volta para o espaço rural e os agentes que nele viviam. Sendo um espaço essencial para se fomentar ações no sentido de sanar causas sociais degradantes como a fome e a miséria, bem como, conter as ondas de

¹ Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. Docente da FAI Faculdades de Itapiranga. E-mail: douglas.franzen@seifai.edu.br

migrantes que abandonavam o campo para engessar os espaços urbanos, o espaço rural também foi visto pelas lideranças religiosas com certa precaução no sentido da formação de sindicatos e movimentos sociais de tendência socialista e comunista, aspecto que não agradava a Igreja. Além do mais, problemas de ordem fundiária, de produtividade, de reforma agrária, de modernização agrícola, de exclusão da cadeia produtiva e da flagelação e deterioração das relações produtivas e sociais eram temas recorrentes no espaço rural da região Sul nas décadas de 1960 e 1970.

Nessa perspectiva, o espaço rural se torna um campo de ação atuante da Igreja e de suas políticas de cooperação e ajuda às populações consideradas desamparadas. A proposta é de conjecturar as políticas de inserção dos agentes católicos no espaço rural e sob quais intencionalidades e necessidades essa iniciativa se sustenta. A análise delimita-se a conjecturas territoriais da Região Sul do Brasil nas décadas de 1960 e 1970.

2 PLANO DE EMERGÊNCIA PARA A IGREJA CATÓLICA DO BRASIL

Frente a situações sociais degradantes, realidades econômicas divergentes e desiguais e condições humanas paupérrimas, a Igreja Católica busca assumir uma postura mais incisiva, um papel de autonomia e de protagonismo frente a uma realidade adversa. Esse processo, segundo Mattos (2008), revela uma redefinição da Igreja pelos compromissos históricos, teológicos e morais a ela denotados. Como instituição (hierarquia, estrutura sacramental, doutrina ortodoxa, imperativos morais, normas litúrgicas, lei canônica, Sagradas Escrituras) e como acontecimento, emerge, cresce e se reinventa.

Nesse contexto de redefinição da postura social e política da Igreja Católica, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil também participou ativamente. Como entidade representativa, a CNBB participou das discussões quanto à postura da Igreja Católica diante das realidades e desafios na América Latina, fazendo parte atuante da tendência crescente do que se denominou de Igreja dos Pobres, movimento que teve papel importante no decurso das ações sociais da Igreja, como a filosofia da Teologia da Libertação, por exemplo.

Na eminência da realização do Concílio Vaticano II, o Papa Pio XXIII solicitou no ano de 1961, que os bispos da América Latina² elaborassem planos pastorais para atender as especiais condições da Igreja no Continente. No Brasil, a proposta foi acatada e no ano de 1963, a CNBB iniciou as discussões sobre as diretrizes dessa proposta e no limiar do Concílio Vaticano II publicou o Plano de Emergência para a Igreja no Brasil. Esse foi o primeiro documento norteador de amplitude nacional em que a CNBB estabelecia as linhas de ação pastorais e sociais da Igreja no País. Diante da importância normativa do documento, cabe nesse momento realizar uma breve análise de seu teor, na perspectiva de quais aspectos a transnacionalização da cooperação da Igreja se tornou efetiva.³

O documento é considerado um marco para o processo histórico da Igreja Católica no Brasil desde então e representou um projeto norteador das linhas de ação da instituição, aspecto que nos interessa se formos levar em consideração os projetos de cooperação desenvolvidos em parceria com a Misereor. No preâmbulo do Plano de Emergência para a Igreja no Brasil, os bispos afirmam os objetivos dessa iniciativa:

Queremos realizar no Brasil uma presença vital da Igreja, que salvará as almas e salvará a Nação de todas as ameaças que, contra ela, se levantam: como o comunismo ateu e demolidor dos valores mais autênticos do homem; as concepções destruidoras da dignidade da família e as reiteradas tentativas divorcistas com as quais jamais se poderá conformar a consciência dos eleitores cristãos; a mentalidade laicizante que teima em voltar ao cenário do País, ao menos em alguns setores de suas atividades; o egoísmo e o lucro erigidos pelo liberalismo econômico em suprema norma a governar as atividades produtoras da Nação e que devem cristãmente dar lugar ao espírito de serviço e de bem comum, se não quisermos ver os desequilíbrios sociais crescerem até o desespero.⁴

Para a consecução dos projetos futuros a serem desenvolvidos, a CNBB expõe no Plano de Emergência, além da necessidade de uma renovação estrutural e pastoral da instituição, políticas de fomento ao desenvolvimento socioeconômico.

² A América Latina era alvo de preocupação da Santa Sé, devido às condições socioeconômicas vulneráveis da população, a falta de orientação e preparação intelectual das lideranças religiosas e a existência de regimes de governo instáveis, o que facilitaria a ação dos ideais comunistas, como havia recentemente ocorrido em Cuba.

³ A Igreja Católica representava uma instituição com muita influência política e social no Brasil, devido sua estrutura e ao número de fiéis. No ano de 1963 havia no Brasil, 166 circunscrições eclesiais, 4.500 paróquias e 12.000 padres, 4.000 religiosos leigos, 35.000 religiosas, 25.000 seminaristas além da maioria da população considerar-se confessionalmente católica, o que demonstra a amplitude da instituição e a importância para o decurso da história das frentes de ação social da Igreja.

⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano de Emergência para a Igreja do Brasil**. Cadernos da CNBB, nº 1, 1963, p. 14.

Nesse sentido, o Plano esboça que deveriam ser prioridades a partir de então: o Movimento de Educação de Base; as Frentes Agrárias, levando à Sindicalização Rural; a eventual colaboração com a Aliança para o Progresso; a coordenação das obras apostólicas e sociais; o treinamento de líderes. Nesses aspectos irão se desenvolver grande parte dos projetos de cooperação com a Misereor. Inclusive, no item que trata dos temas referentes a questões econômicas e sociais, faz-se referência ao fragmento bíblico “*Misereor super turbam*”.

Percebemos no discurso do Plano de Emergência, a afirmação de que o catolicismo propunha novas diretrizes para o desenvolvimento da sociedade, alicerçados principalmente nas concepções cristãs de cooperação, solidariedade e humanidade. Era um projeto de mundo diferente do qual havia sido construído até então, o que reforça a tese de que a Igreja Católica propunha-se a assumir o protagonismo no esboço de um novo padrão de sociedade:

O comunismo ateu explora ativamente a situação, enquanto o capitalismo liberal não menos ateu, beneficia-se da agitação comunista. Jamais houve, neste País, nem maior nem mais criminoso domínio das forças econômicas, desviadas de seus altos objetivos de prever às necessidades do bem comum pela justa e equânime distribuição das riquezas. O rolo compressor de certos grupos insaciáveis, pela dinâmica do lucro exorbitante, pelo suborno da área da política e, sobretudo, pela ganância incontável e ilimitada, tem causado o agravamento da situação política, econômica e social do País.⁵

Na concepção da CNBB, reiterada no Plano de Emergência, a Igreja Católica teria um projeto para o Brasil, que recusa o ateísmo comunista e o “maleável e frouxo” ateísmo capitalista de um sistema não menos condenável. A Igreja teria então, uma concepção definida e definitiva do homem e da vida. “Sua doutrina, no campo social, está viva e claramente expressa nos documentos pontifícios sempre mais e mais bem conhecida e praticada por quantos desejam ser fiéis ao Evangelho e procuram o verdadeiro equilíbrio social.”⁶

O apelo presente no Plano de Emergência sob a urgência de um novo padrão de sociedade é dirigido a diversas lideranças políticas e produtivas, no sentido de atenderem as aspirações do povo brasileiro.

Em primeiro lugar, o apelo do Plano de Emergência é dirigido às forças produtoras do País, no sentido de compreenderem a gravidade da situação e

⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Op. Cit, 1963, p. 102.

⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Op. Cit, 1963, p. 103.

buscarem os verdadeiros fins do capital e do trabalho, que não podem servir apenas aos interesses de grupos privilegiados, mas ao bem de toda comunidade, no desenvolvimento progressivo e equânime do País, ao bem-estar das diferentes camadas sociais. Seria preciso pôr cobro, nesta Pátria tão rica e tão boa, ao quadro deprimente das filas para a aquisição de gêneros de primeira necessidade, quando seria sabido de todos de que não falta feijão, nem açúcar, nem arroz, mas, segundo a CNBB, espírito público e limite à sede insaciável de lucros desonestos.

Em segundo lugar, o apelo é destinado às famílias, aos estudantes e aos operários das cidades e dos campos, o apelo é repassado da maior confiança e dentro de um espírito de compreensão e solidariedade. A mensagem da CNBB sustentava-se sob dois aspectos: primeiro, para que ninguém se deixasse iludir ou influenciar pela “calculada” agitação dos que nada querem além do agravamento indefinido dos males que afligia a sociedade. Segundo, no sentido de unir forças vivas do País, numa ação vigilante e enérgica pela restauração dos pontos fundamentais que assegurassem a estabilidade da ordem social, ou seja, o respeito às pessoas e às instituições, à moralidade nos costumes e o senso de responsabilidade.

A questão a destacar é o aspecto de que o discurso de uma nova via de desenvolvimento, sustentada pela Igreja Católica, mobilizou praticamente toda estrutura da instituição no intuito de fomentar na sociedade e na nação brasileira uma nova via, uma alternativa frente aos problemas que afligiam gravemente os princípios de dignidade humana da população. Em artigo publicado em 1959, Dom Vicente Scherer, então Arcebispo de Porto Alegre, faz um apelo nesse sentido:

O mundo precisa, como disse lapidarmente Leão XII, com toda a sua autoridade de Chefe da Igreja e conhecedor dos problemas operários, de uma vasta difusão de caridade e amor que implantará entre os homens a justiça e suprimirá vícios, origem e fonte de desordens sociais. Assim, a **vivência dos princípios cristãos superará o comunismo tirânico e o capitalismo gozador individualista**. [grifo nosso] Triunfarão a liberdade e o espírito da solidariedade. Inconciliáveis com os males e sofrimentos que hoje afligem imensa parcela dos trabalhadores manuais.⁷

Dom Vicente Scherer prossegue no mesmo texto apontando deficiências da sociedade e possibilidades para um novo padrão, ao afirmar que seria esta responsabilidade e o urgente dever da Igreja, dos católicos e dos cristãos: “promover

⁷ SCHERER, Dom Vicente. A eucaristia magisterium fidei et vinculum amoris: socialismo e comunismo. **Revista Unitas**, Porto Alegre, ano XLVIII, fascículo 1, Março, 1950, p. 60.

cada qual em si e nos outros a aplicação corajosa dos princípios de nossa fé, do mandamento do amor, na vida e na organização social”⁸. Percebemos na fala do Arcebispo o pedido de que o modelo de sociedade a ser construído devesse ser alicerçado nos valores cristãos, onde a Igreja fosse o pilar e o alicerce para a harmonia social.

Essas são constatações e posicionamentos referentes a uma postura social da Igreja, atuante no meio social, comprometida com a realidade das populações, com a miséria, com a desigualdade, com a geração de renda e condições de trabalho, com a vulnerabilidade social, com a formação educacional, com a ameaça da pobreza de espírito, com a suscetibilidade dos povos a ideologias antagônicas a cristã. Enfim, a causa social representou uma bandeira e um princípio de ação que formulou uma nova postura da Igreja Católica a partir da década de 1950.

O Concílio Vaticano II, a postura da CNBB e da CELAM frente às questões sociais e os planos de ação da instituição católica fazem parte de um processo complexo, de uma postura universal do catolicismo frente aos desafios então vividos pelo mundo. Os princípios da democracia cristã e da causa social são uma resposta da Igreja diante das lacunas ideológicas e políticas vivenciadas na encruzilhada histórica do pós-guerra. A Igreja Católica se sentia responsabilizada e compromissada com as condições socioeconômicas paupérrimas da população dos países subdesenvolvidos e a cooperação transnacional foi concebida com uma possibilidade de ajuda mútua frente a essa realidade.

Conforme Souza,

A Igreja via-se envolvida num projeto econômico-nacional com vistas a uma política de reforma social de base, de ordenamento higiênico e moral dos espaços urbanos e rurais e de aprimoramento das técnicas de produção. O caminho pretendido apontava, indubitavelmente, para o ordenamento social e para uma ação em conjunto com o Estado, onde a força da ordem institucional religiosa apresentava-se como meio de fixação de valores e de implementação de um projeto econômico orientado para a formação moral da coletividade, para a racionalização do trabalho e para o desenvolvimento produtivo no setor agrário e industrial.⁹

⁸ SCHERER, Dom Vicente. Op. Cit. 1950, p. 60.

⁹ SOUZA, Rogério Luiz de. **A Reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista (1945-1965)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFPR. Curitiba, 2001, p. 147.

É por isso que o foco de ação passou a direcionar-se de forma mais incisiva em movimentos sociais como espaços de formação e ação política, em sindicatos de classe, em movimentos de educação de base, em meios de comunicação para que os ensinamentos e as palavras dos bispos e padres chegassem aos ouvidos dos cristãos e não cristãos. São por isso também que são construídas e ampliadas escolas de formação religiosa e profissionalizante, hospitais e centros de saúde para a promoção da dignidade humana. A Igreja Católica vê as comunidades de base como um solo profícuo para instaurar seu projeto de igreja, para a construção de um futuro baseado nos princípios cristãos.

O Bispo de Chapecó, Dom José Gomes, também teve uma trajetória sacerdotal voltada ao trabalho em prol da causa social. Seus discursos e suas ações pautavam-se em denúncias sobre as condições sociais das populações e na postura que os cristãos deveriam ter em relação a essas situações de desigualdade. Em uma de suas falas públicas, Dom José Gomes alertava:

Muita gente não enxerga as misérias dos homens. Não vê as injustiças que se cometem. Não vê a exploração que se faz no mundo do trabalho. Tem os olhos tapados. Muita gente acha que é natural ter tanto miserável ao redor de nossas cidades. Muitas pessoas acham que é assim mesmo que não se pode mudar. Por isso há tantas favelas, barracos e misérias ao redor das grandes cidades. Quando se diz que 9 milhões de famílias de agricultores não têm terra própria, a maioria não se importa com isso. [...] Mas isto não é **cristão** [grifo nosso], isto não é **justiça** [grifo nosso]. A justiça nos obriga a conhecer a situação dos nossos irmãos. Até obriga a conhecer a nossa própria miséria ou as dificuldades que temos para viver com a nossa família. [...] Mais da metade dos brasileiros passam fome, não têm condições de saúde, de trabalho, de estudo e educação para seus filhos.¹⁰

Na ideia de Mainwaring¹¹, as concepções de fé e da própria missão da Igreja não se modificaram somente como resultado de debates acerca de quais deveriam ser ou de como deveriam proteger interesses institucionais. Pelo contrário, sua identidade modificou-se principalmente porque o processo político mais amplo gerou novas concepções da sociedade e do papel da Igreja dentro dela.

A Igreja Católica no Brasil enfrentou contextos que a desafiaram a adotar posturas para adequar-se à realidade política e social vigente. Em alguns momentos

¹⁰ GOMES, Dom José. Justiça na Verdade e na bondade: celebração de 05 de Março de 1978. In: LOVERA, Clair José [et. al.] **Sermões do Bispo Dom José Gomes**. Florianópolis: Premier, 2013, p. 101.

¹¹ MAINWARING, Scott. **A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ela foi passiva, em outros ativos, mas o que temos de destacar é o fato de que, como instituição, teve um papel importante na formação da sociedade brasileira na segunda metade do século XX. No nosso recorte temporal, 1959 a 1990, em diversos momentos teve-se que tomar novos rumos e estabelecer prioridades. Se na década de 1950 houve no Brasil um momento de prosperidade econômica e estabilidade democrática, a postura da Igreja esteve voltada ao ordenamento social, o que Souza¹² chamou de profilaxia do corpo social ajustado.

Já a partir da década de 1960, o cenário começou a se modificar, principalmente pela instauração do regime militar, quando a questão econômica não era mais a única prioridade, mas sim, a luta pelos direitos humanos, pelo direito de sindicalização e pela luta coletiva. Esses contextos distintos exigiram novas frentes de ação, que fizeram surgir momentos e correntes dentro da própria Igreja, como foi o caso da Igreja Católica Progressista.¹³

3 CONCLUSÕES DE MEDELLIN: UM PROJETO SOCIAL DA IGREJA

Outro aspecto a se considerar na conjectura de doutrina e postura social da Igreja é a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano - CELAM, realizada em Medellin, no ano de 1968. Esse evento tornou mais incisiva a postura da instituição diante da realidade social dos povos latino americanos. Representou a oportunidade dos bispos discutirem a aplicação dos princípios ratificados no Concílio Vaticano II e vislumbrar as melhores possibilidades de aplicá-los à realidade da América Latina.¹⁴

Segundo Brito,

Os teólogos da América Latina encontraram na Teoria da Dependência as explicações que entenderam mais condizentes com a realidade do continente. A ideia central era a de que a condição de pobreza do continente não respondia a uma fase de seu desenvolvimento que se superaria com o avanço do capitalismo, mas a uma condição estrutural do capitalismo em sua

¹² SOUZA, Rogério Luiz de. Op. Cit., 2001

¹³ LEVY, Charmain. Influência e contribuição: Igreja Católica Progressista Brasileira e o Fórum Social Mundial. In: **Revista Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, vol 29, nº 2, p. 177-197.

¹⁴ Da mesma forma o evento de Medellin representou um embate entre o grupo de bispos considerados conservadores e os progressistas. Em 1968, o grupo dos conservadores buscou ocupar os principais cargos da CELAM, na tentativa de conter os bispos progressistas. Os conservadores defendiam mudanças lentas e graduais na sociedade, enquanto que os progressistas atentavam para mudanças mais rápidas e revolucionárias. O temor dos bispos conservadores era de que a ala dos bispos progressistas levasse a Igreja a valorizar demasiadamente os princípios marxistas de revolução social.

configuração imperialista em que o subdesenvolvimento de parte do planeta cumpria um papel importante.¹⁵

O documento resultante do evento de Medellín serviu para orientar a postura social das lideranças religiosas na América Latina. Nesse sentido, entendia-se que a situação socioeconômica da região Sul do continente americano estava atrelada a um processo de dependência geopolítica, assim, seria necessário promover mudanças mais profundas na sociedade para que houvesse um processo de desenvolvimento mais incisivo. Mesmo que tenha ocorrido o embate entre progressistas e conservadores em Medellín, o documento resultante de tal evento representa uma postura de ação da Igreja diante dos problemas sociais da população.

No documento final do 2º Congresso da CELAM de 1968, a Igreja pretendeu assumir a responsabilidade histórica que recaía sobre ela naquele momento, quando a América Latina estaria sob o signo da transformação e do desenvolvimento, afetando os níveis econômicos, sociais e religiosos. Uma das principais preocupações do evento era discutir as condições humanas da população, para a promoção dos valores da justiça, da paz, da educação e do amor conjugal. A miséria da população era preocupação recorrente da Igreja.

A CELAM atenta também nas conclusões do encontro de Medellín para os malefícios dos padrões de desenvolvimento do capitalismo liberal e do marxismo, que atentariam contra a dignidade humana e que a América Latina encontrava-se condicionada a essas duas tendências, permanecendo dependente de centros de poder que canalizam sua economia. Esse pensamento vai de encontro ao entendimento da Misereor em relação ao desenvolvimento integral do continente e de seu povo, o que reforça o aspecto de que essa concepção se fortaleceu num discurso conjunto entre as variadas frentes da Igreja, sejam institucionais ou leigas.

Sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores latino americanos, a CELAM entendia em 1968 que era necessário instaurar novas relações de trabalho, para além do sistema exploratório até então vigente: construir um novo sistema de sindicalização operária e rural, com força de solidariedade e responsabilidade. Aliás, a preocupação quanto ao homem do campo ficou evidente e urgente naquele momento.

¹⁵ BRITO, Lucelmo Lacerda. Medellín e Puebla: epicentro dos confrontos entre progressistas e conservadores na América Latina. In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 111, p. 81-89, 2010, p. 83.

Entendia-se que era indispensável a formação da consciência social e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais. Necessário era despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios e grupos profissionais, seja no que se refere ao diálogo e à vivência comunitária dentro do mesmo grupo, ou nas relações com grupos sociais maiores (operários, camponeses, profissionais liberais, clero, religiosos, funcionários, etc.).

Outra preocupação dos bispos era os regimes governamentais autoritários então vigentes em muitos países da América Latina. Decorrente da situação econômica e política instável preocuparam-se com as condições de paz e de violência, expressando o sentimento de que era necessário construir um parâmetro cristão de harmonia social e paz alicerçado nos princípios cristãos. Enfim, a postura de Medellín buscou colocar a Igreja e os serviços institucionais a serviço da população para a correção dos problemas da desigualdade, da miséria, da injustiça e da promoção da dignidade humana na América Latina.

4 O CONTEXTO DO ESPAÇO RURAL

O espaço rural da região Sul do Brasil atravessou, ao longo da história, um processo conturbado e contraditório de formação e desenvolvimento. A lógica da ocupação sistematizada através de projetos de colonização sob a tutela do Estado, gerou graves problemas de exclusão dos grupos sociais que não detinham a posse legal da terra, como posseiros e indígenas, por exemplo. Esse é um dos primeiros aspectos a se destacar na formação do espaço rural da região, ou seja, do direito à propriedade da terra e a consequente destituição dos meios de geração de renda dos grupos sociais que dela dependiam para sobreviver.

Nesse sentido, o problema da posse da terra passa a ser, principalmente a partir dos processos colonizatórios do final do século XIX e início do XX, um problema de ordem social. A destituição do direito à terra de grupos sociais que historicamente dele usufruíam e dela necessitavam para sobreviver gerou problemas graves que partem de princípios básicos de subsistência. Além de um problema político e social, a destituição da posse da terra remete a um problema de direito fundamental para sobrevivência, afetando aspectos de dignidade humana, alimentação, geração de renda e subsistência do grupo familiar.

Essa realidade histórica de ocupação da terra gerou um impasse que transcendeu a esfera temporal e vem se alastrando como um dos problemas crônicos do espaço rural da região Sul. Nesse sentido, a literatura é vasta e ilustrativa, com destaque aos processos de ocupação do Norte do Rio Grande do Sul, os conflitos pela posse da terra na região do Contestado em Santa Catarina e os processos de colonização da região Oeste, bem como, da formação do latifúndio e da precarização das condições de trabalho no Paraná.

O que queremos destacar nessas perspectivas de causas e efeitos do processo de ocupação e exclusão da posse da terra na região Sul é o aspecto de que muitas das realidades socioeconômicas decorrentes dessas conjecturas serão motivo de preocupação da causa social da Igreja na segunda metade do século XX. As realidades da formação do espaço rural constituirão identidades e cristalizarão realidades que vão sucedendo em uma série de fatores no decorrer dos anos, o que gera graves problemas sociais no espaço rural regional. Causa, processo e consequência numa perspectiva histórica, devem ser elementos de uma mesma análise. No caso específico dos indígenas, posseiros, camponeses arrendatários, trabalhadores cativos, negros e caboclos em condições de trabalho vulneráveis, ou seja, elementos destituídos do processo colonizatório oficial, do que se concebeu como posse legítima da terra e do que se idealizou como um cenário rural ideal para a região Sul são elementos de um “caldo” histórico e social que tem seus reflexos nas décadas de 1960 e 1970.

Um segundo aspecto, leva em consideração os processos de ocupação ordenada e sistematizada através de projetos de colonização organizados pelo Estado ou por empresas particulares, que acabou formando um elemento social, denominado historicamente de colono. Com os empreendimentos colonizadores iniciados no século XIX e proliferados nas primeiras décadas do século XX, formou-se uma estrutura agrária alicerçada na pequena propriedade agrícola, sustentada na mão de obra familiar. As diversas características dos inúmeros projetos colonizatórios ocorridos na região Sul obedeceram a uma lógica de ocupação dos espaços considerados “vazios”, bem como, de um empreendimento colonizador, que movimentou o mercado de compra e venda de lotes de terra.

No entanto, esse processo de formação dos lotes coloniais na região Sul, apesar de ter formado uma base social e econômica sólida na região, acabou por

gerar, da mesma forma como o primeiro aspecto, um novo problema social, senão de mesmas proporções e gravidade, mas de significância histórica. Devido à opção do estado brasileiro em promover uma política agrícola conservadora e dependente, os agricultores familiares sofreram com processos de instabilidades e vulnerabilidades de variados nuances.¹⁶

Esse processo se tornou mais evidente a partir da década de 1950, quando o cenário rural brasileiro começou a entrar de forma efetiva nas políticas públicas através da integração da economia nacional e do processo de modernização das formas de produção do setor agrícola brasileiro. Aos olhos do estado, a partir de então, percebe-se que a condição dos trabalhadores rurais estava “atrasada” e que o mundo rural era um problema para o processo de desenvolvimento do Brasil. Era necessário prestar uma assistência a esse elemento rural, inseri-lo numa lógica de um padrão brasileiro, alinhando-o ao que se concebia de moderno em termos de produção agrícola.

Percebemos que o percentual de urbanização no Brasil, que é mais intenso na década de 1970, demonstra que foi intenso o processo de êxodo rural nesse período, dado que nos é relevante visto que analisamos o espaço rural. Destacamos como causas principais do processo de urbanização, as mudanças estruturais na economia rural, ocorridas através de modificações profundas nas relações de trabalho, resultando em movimentos migratórios para outras frentes agrícolas do País, bem como, para o próprio espaço urbano. Essa realidade nos comprova um quadro socioeconômico grave existente no espaço rural da região Sul.

Dados estatísticos dos processos migratórios das zonas rurais revelam que na década de 1970 ocorreu com maior intensidade o processo de êxodo rural. Na década de 1950, estima-se que 18% da população rural da região haviam migrado para centros urbanos; na década de 1960 esse percentual foi de 7,4%; na década de 1970 aumentou para 43%, e na década de 1980 estima-se que 37% da população que vivia em zonas rurais migrou para zonas urbanas.

Esse processo, como podemos perceber no estudo coordenado por José Graziano da Silva¹⁷, inseriu-se na lógica da modernização do campo e da

¹⁶ SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁷ SILVA, José Graziano da (Org.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1978.

desestruturação das relações produtivas. A modernização, que representou uma lógica do desenvolvimento e da integração do espaço agrícola na economia brasileira de forma mais incisiva a partir da década de 1950, implantou gradativamente tecnologias e modos de produção que promoveram a exclusão da cadeia de um excedente de mão de obra e racionalizou e capitalizou um pequeno extrato do grande contingente populacional que até então vivia no campo. O que é importante elucidar é que foi uma das causas do intenso processo migratório para as zonas urbanas. Já a desestruturação das relações produtivas pode ser concebida e isso fica mais evidente no Sul do Brasil, através da implantação de relações de dependência da agricultura para com a indústria. Apesar da produtividade do espaço rural ter aumentado consideravelmente, muitas pessoas foram excluídas desse processo diante da racionalização das técnicas produtivas, dos limites das fronteiras agrícolas da região Sul, da queda do rendimento e das instabilidades na geração de renda em decorrência da dependência do setor agrícola das instabilidades do mercado.

As condições de vida e de trabalho no meio rural entre os anos de 1960 e 1980 atravessaram um processo de desestruturação decorrentes da tendência modernizante das relações de trabalho e das estruturas produtivas do setor. O alinhamento internacional do Brasil, decorrente dos modelos econômicos adotados ao longo do período reestruturaram o espaço agrícola da região Sul, onde os agricultores que se adequavam às novas exigências de uma agricultura moderna e capitalizaram suas propriedades os subjugaram as instabilidades de uma economia de mercado. Enquanto isso, os agricultores que não capitalizaram sua propriedade, ficaram expostos aos desafios e descaminhos de uma agricultura familiar com baixíssima geração de renda e forte tendência ao êxodo rural.

Multiplicaram-se situações de flagelo, desestruturação, vulnerabilidade, instabilidade, no meio rural sulino nas décadas de 1960 e 1970. Em algumas situações, os problemas do espaço rural caracterizavam-se pela destituição do motivo simbólico de sua existência, o acesso e o direito à terra, em outras, as condições de trabalho e desestruturação familiar decorrentes da modernização das relações de trabalho no meio rural ficaram mais evidentes. Enfim, os problemas detectados no espaço rural na segunda metade do século XX são dos mais variados, em alguns momentos mais graves, em outros mais tênues.

Na região de Toledo e Marechal Cândido Rondon, no Paraná, o estudo de Gregory¹⁸ demonstra que as famílias agricultoras tiveram de assimilar o processo de modernização agrícola, onde novas tecnologias e padrões de produção, desde manejo ao uso da insumos, máquinas e implementos, destituiu muitos produtores do domínio da cadeia produtiva tão caracterizante da atividade agrícola. Esse cenário promoveu, em certa medida, a produção de capital, mas em contrapartida, excluiu muitas famílias da atividade, promovendo o abandono do cultivo de determinadas variedades e até mesmo da própria atividade agrícola. A situação se torna ainda mais grave quando analisadas as consequências ambientais de tais processos modernizantes.

A título de ilustração, outra situação degradante das condições de vida dos sujeitos rurais ocorreu no momento da construção da Usina Hidrelétrica de Foz do Iguaçu, no Paraná. No estudo de Seixas e Brenneisen¹⁹ percebemos as condições em que ocorreram os processos de desapropriação das terras dos colonos e da forma como foram realocados em outras áreas. Muitos dos colonos, integrantes das cerca de 460 famílias desapropriadas nesse processo, diante da necessidade de sair de sua propriedade em virtude da construção da barragem e da formação de um parque de preservação florestal, abandonaram até mesmo a atividade agrícola.

No Rio Grande do Sul, os problemas fundiários e de acesso à propriedade da terra geraram problemas graves de conflitos sociais entre sujeitos, que em medida, são todos vítimas de um mesmo processo. Tedesco entende que o processo intenso que envolveu colonização, políticas indigenistas, modernização da agricultura, teria produzido a extinção e/ou redução de territórios indígenas, legitimado a formação de latifúndios, bem como, um adensamento populacional sobre frações mínimas de terras ao longo de todo século XX. “Como contradição desse processo histórico longo produziram-se conflitos sociais de luta e defesa da propriedade da terra entre colonos

¹⁸ GREGORY, Valdir. Colonização e modernização: representações camponesas no oeste do Paraná. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMAN, Rosane. (Orgs). **Colonos, colônias e colonizadoras**: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Vol III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013, p. 214-230.

¹⁹ SEIXAS, Lara; BRENNEISEN, Eliane. Memória dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu: um capítulo da colonização do oeste do Paraná sob a ótica dos “excluídos” da história. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMAN, Rosane. (Orgs). **Colonos, colônias e colonizadoras**: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Vol III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013, p. 231-252.

e indígenas, pequenos camponeses sem-terra com latifúndios, grupos de negros com colonos, etc.”²⁰

Os problemas agrários em Santa Catarina dilaceraram um processo de exclusão e usurpação do direito a terra. Os agricultores destituídos de seu direito fundamental, o da dignidade humana e da propriedade da terra, organizaram movimentos que tornaram evidente um problema crônico histórico nesse Estado. Os movimentos dos sem-terra multiplicaram-se e tornaram-se mais evidentes nos anos 1970 e 1980. Como exemplo podemos ilustrar o caso da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, da Encruzilhada Natalino em Ronda Alta e os movimentos pela posse da terra da região de Dionísio Cerqueira e Barracão, o que resultou na formação do Assentamento Conquista da Fronteira.

Os resultados de todo esse processo de modernização-exclusão-dilaceração do homem do espaço agrícola e consequentemente dos sujeitos rurais, trouxeram consequências sociais graves para os estados do Sul. Em Santa Catarina, segundo Goularti Filho, a estrutura agrária menos concentrada em relação a alguns estados brasileiros, não impediu o conflito agrário, fruto da concentração da renda e da modernização da agricultura. “A luta pela terra nos anos 80 mostrou a verdadeira face da modernização conservadora da agricultura catarinense: a exclusão social.”²¹

5 A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA E O ESPAÇO RURAL

Era preocupação da Igreja Católica, ao promover projetos de cooperação com a Misereor, que se evitasse a migração das populações rurais para os espaços urbanos. A própria Misereor entendia que nos países subdesenvolvidos as condições de vida da população rural encontrava-se vulnerável, daí a importância de investir em projetos de cooperação nesse setor. As lideranças religiosas entendiam que manter as pessoas no campo, promovendo melhoras em sua qualidade de vida e colaborando na geração de renda, evitaria o inchaço dos espaços urbanos, considerados subversivos e excludentes.

²⁰ TEDESCO, João Carlos. Dimensões simbólicas nos conflitos pela terra entre índios, negros e agricultores no norte do RS: os usos da memória. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul**: indígenas e agricultores. Porto Alegre: Letra&Vida; Passo Fundo: IMED, 2014, p. 242-255, p. 242.

²¹ GOULARTI FILHO, Alcides. **A formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002, p. 324.

Esse olhar dos católicos para o espaço rural tornou-se mais evidente e incisivo já a partir da década de 1950. Conforme Rodeghero, no Rio Grande do Sul, a preocupação estava voltada para as condições de vida no campo e na insistência dos religiosos para que os agricultores assimilassem novos padrões produtivos e de vivência diante do processo “modernizador” a que a agricultura esteve atrelada. “Assim, ao mesmo tempo em que se atribuía ao campo o status de viveiro de homens sadios de alma e corpo – que devia ser preservado – insistia-se na necessidade de mudar os sistemas tradicionais e rotineiros de trabalho.”²²

Em Santa Catarina, conforme tese de Souza (2001), a Igreja também se engajou num projeto de inserção no espaço rural, seja através de programas e iniciativas de apoio ao produtor rural no que tange a assistência e orientação sobre meios de produção, isso com forte parceria com Estado, seja através da inserção através de práticas de amparo às vivência e modos sociais, na educação rural, moral e cívica e no amparo e tutela social com o intuito de formar, o que Souza denominou de profilaxia de um corpo socialmente ajustado.

Mesmo que o estudo de Souza contemple o período de 1945 a 1965, sua análise nos remete à compreensão de um cenário mais amplo e conjectural que delineou a postura de inserção da Igreja no espaço agrícola e da necessidade de amparo aos sujeitos que nele viviam ou trabalhavam:

Para o regime capitalista internacional, isso representou a manutenção da ordem econômica, que exigia, nesse momento o sacrifício, a cooperação e a solidariedade entre os povos para tornar possível a expansão do mercado mundial de troca do produto agrícola. Por isso, a Igreja entendia que o crescimento econômico das nações dependeria, antes de tudo, da organização do trabalho rural. O homem do campo representava o tipo ideal do cristão autêntico que não visava desenfreadamente ao lucro, mas que necessitava urgentemente ser orientado nas novas técnicas de produção e na racionalização do trabalho capitalista a fim de dar a humanidade condições de se desenvolver e de garantir o bem estar social.²³

No meio rural, segundo lideranças religiosas, a condição humana encontrava espaços mais favoráveis para seu desenvolvimento. Vemos a preocupação da Igreja direcionada principalmente ao pequeno produtor, que se adequa basicamente ao que se denomina de agricultura familiar. O grande fazendeiro, o latifundiário, não era

²² RODEGHERO, Carla Simone. Campo X Cidade: o discurso católico frente a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. In: **Revista Anos 90**. Porto Alegre, nº 7, p. 148-176, 1997, p. 149.

²³ SOUZA, Rogério Luiz de. Op. Cit. 2001, p. 196.

necessariamente motivo de atenção da ação social da Igreja. O sujeito humano era motivo de preocupação e resguardo era aquele sujeitado à exploração e às condições deploráveis e degradantes suscetíveis ao meio rural. O potencial humano inerente ao sujeito agrícola era o que direcionava os olhares da instituição, como podemos perceber na fala do Arcebispo Dom Vicente Scherer:

o agricultor ama sua gleba e seu trabalho, não inveja a sorte aparentemente risonha dos outros, cultiva no lar as virtudes cristãs, orienta suas atividades para Deus, mantém escolas e igrejas, de sua família provêm não só numerosas vocações sacerdotais e religiosas, mas de lá saem igualmente homens de dignidade e caráter que prestam assinalados serviços à coletividade, honrando a estirpe de que descendem.²⁴

Enfim, com a proposta da inserção da Igreja nos espaços rurais entendia-se que os princípios cristãos de dignidade humana, de solidariedade e desenvolvimento integral e pleno das pessoas fossem garantidos. Diante dos problemas sociais graves e urgentes, a postura da Igreja em promover a cooperação com a Misereor buscava garantir direitos fundamentais da condição humana e o espaço rural era o local propício para isso, pois remete a uma estrutura familiar mais condensada, à produção de alimentos de qualidade, à proteção e resguardo do meio ambiente equilibrado. Os bispos, os padres, os religiosos em geral e os leigos vinculados a movimentos de direitos humanos estavam em contato direto com esses problemas sociais vivenciados no Sul do Brasil. Os conflitos pela posse da terra e também pelo manejo e relações produtivas consideradas adequadas pela Igreja, bem como, condições de dignidade humana no campo, são princípios que nortearão a execução de projetos cooperativos nos anos 1960 e 1970.

No entanto, havia outros aspectos a considerar acerca da preocupação da Igreja com os sujeitos que viviam nesse espaço rural. Um destes aspectos reside na proliferação de movimentos sociais em decorrência das condições degradantes ali vivenciadas. O surgimento do Master – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na década de 1960 foi visto com certa desconfiança pela Igreja por ser um movimento de acalorada tendência comunista e, para tanto, a Igreja reage criando cooperativas e sindicatos de caráter cristão para ter voz ativa junto aos agricultores. Um desses exemplos pode ser considerado a FAG – Frente Agrária Gaúcha no Rio

²⁴ SCHERER, *apud* Souza, Op. Cit. 2001, p. 154.

Grande do Sul, movimento criado na perspectiva de manter a tutela da Igreja sobre os agricultores.

Conforme Bassani,

A FAG foi criada não apenas para disputar a organização sindical, mas, fundamentalmente, para combater o comunismo. No discurso de criação da FAG fica claro que o objetivo premente era o combate ao comunismo, representado pelo movimento dos Agricultores Sem Terra que se manifestava no interior do estado, principalmente em regiões de pouca influência da Igreja Católica, e que poderiam se tornar uma ameaça nas regiões onde a Igreja exercia maior controle, como a zona colonial.²⁵

Nesse sentido, a Igreja no Sul do Brasil coordenou, em algumas regiões com maior intensidade, outras com menor, mas principalmente nas áreas de colonização, escolas e centros de formação agrícola visando dar a devida assistência aos agricultores diante do momento conturbado e modernizante que a agricultura passou ao longo das décadas de 1960 e 1970. Exemplo disso são os Institutos de Educação Rural, criados entre 1968 e 1976 no Rio Grande do Sul. A formação dos agricultores e a tutela da Igreja sobre o espaço rural foi um tema recorrente nos meios religiosos sulinos no período, sendo que isso representou uma postura da Igreja diante dos mais variados problemas que afligiam os sujeitos que viviam no campo, mas também representou uma iniciativa para marcar território nos conturbados processos de movimentos sociais camponeses que se proliferaram no Sul do Brasil.

A questão da reforma agrária, por exemplo, também virou motivo de preocupação da Igreja e exigiu das lideranças religiosas, como bispos e padres, uma postura diante desse movimento conturbado e que ganhava corpo no espaço rural sulino. Nesse sentido, destacamos ofício elaborado em Julho de 1968 por membros do episcopado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, direcionado ao então presidente da República Marechal Artur da Costa e Silva:

Os arcebispos e bispos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no encontro realizado no Seminário Nossa Senhora da Conceição de Viamão, nos dias 26 e 27 de junho findo, para examinar nos situação socioeconômica a luz dos princípios da Encíclica *Populorum Progressio* pedem vênias a Vossa Excelência para fazer um veemente apelo em prol da execução imediata do Estatuto da Terra em sua parte fundamental que diz respeito à reforma agrária, disciplinada pelos artigos dezesseis a trinta.

²⁵ BASSANI, Paulo. **Frente agrária gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: Eduel, 2009, p. 50.

Trata-se de promover a reforma agrária mediante a distribuição maciça de terras, visando a disseminação de propriedades familiares e a formação de vigorosa classe média rural, indispensável a **estabilidade social e econômica** de nosso País.

Entendemos que assim se cumprirá o solene compromisso assumido pelo Governo Revolucionário perante a Nação Brasileira durante a presidência Castelo Branco, conforme a mensagem que o preclaro presidente desaparecido encaminhou ao Congresso Nacional com o projeto do referido Estatuto cujo item oitavo declara a prioridade absoluta da solução da questão agrária nos termos acima aludidos, como também manifesta literalmente o propósito de forçar as atuais estruturas agrárias a uma rápida e efetiva modificação.

O cumprimento dessa decisão soberana do povo brasileiro levará a crédito de Vossa Excelência o tornar realidade neste os princípios da **doutrina social cristã** [grifo nosso], invocados no item trinta e um da mesma mensagem [grifo nosso].²⁶

A partir da década de 1960, as propostas de inserção social da Igreja começam a se tornar mais incisivas, postura que obviamente está atrelada a uma conjuntura mais ampla da instituição decorrente de eventos como o Concílio Vaticano II, a publicação de encíclicas papais e também os movimentos da CELAM e da CNBB. A forma como esse processo ocorre depende das realidades regionais do País, da postura social e política dos bispos locais, da organização das comunidades de base²⁷. Fato é que, com a instauração do regime militar no Brasil e a postura crítica e até de oposição assumida pela Igreja em relação ao regime a partir de meados dos anos 1970, a Igreja se vê numa responsabilidade ainda maior em amparar as populações menos favorecidas com o almejado desenvolvimento econômico. Conforme Lustosa²⁸, ao longo dos anos 70 os bispos e a Igreja no Brasil ultrapassaram a noção de ação social, para engajar-se no movimento de pastoral social, uma prática e filosofia que norteou as denúncias de injustiças, mas também a prática social mais efetiva e intensa da Igreja.

No entendimento de Sérgio Bernal, no final da década de 1950 havia meio que um consenso generalizado entre os bispos do Brasil de que a ordem das coisas

²⁶ CARTA DO EPISCOPADO. Ofício episcopal de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 de Julho de 1968. Disponível no arquivo da Arquidiocese de Passo Fundo.

²⁷ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram na década de 1960 e se expandiram ao longo dos anos 70 e 80, motivados principalmente pelos princípios da Teologia da Libertação. São organizações de cunho social, que têm como frente de ação, as condições de vida de populações em condições de vulnerabilidade social, expostas à fome, à miséria e à exclusão social. Estes movimentos organizaram-se principalmente no espaço rural e nas periferias das cidades, onde através da hermenêutica do ver-julgar-agir, se tornam um instrumento de conscientização e educação de caráter social.

²⁸ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**: cem anos de compromisso: 1889-1989. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

dominantes não era cristã e para instaurar uma ordem cristã eram necessárias reformas profundas e sérias. Mas qual era a pretensão dos bispos com tais reformas sociais? Bernal entende de essa concepção que partia da ideia da “recuperação do homem oprimido, sua inserção numa sociedade que tenha uma perspectiva evangélica, que defenda seus direitos inalienáveis e o ponha a serviço da comunidade e, ao mesmo tempo, torne-o responsável pela construção da própria história.”²⁹

No período de 1952 a 1968 há uma cooperação da Igreja e o Estado brasileiro, principalmente pelo fato de que a Igreja não possuía recursos para executar seus ambiciosos projetos de ação social. Mas o endurecimento do Regime Militar leva a uma ruptura da Igreja com o Estado e faz com a instituição católica busque assumir um papel de protagonismo, como uma das poucas instituições que pretende estar a favor da população menos favorecida.

Obviamente que este processo ocorre no Brasil com intensidade diferente, em condições diferentes e com distintos desdobramentos. Não podemos conceber o mesmo processo de inserção social, fomentado pela CNBB, em regiões distintas. No Nordeste brasileiro foi uma realidade, enquanto no Sul ela se constitui sob perspectivas distintas. A inserção social da Igreja no espaço rural respeitou diversos nuances e lógicas que condicionaram esse processo. Mas a lógica geral esteve alicerçada no pensamento da melhoria das condições de vida dos sujeitos que ali viviam, seja nos espaços de conflitos pela posse da terra nos movimentos de sem-terra ou de questões indígenas, seja na assistência educacional e melhoria das relações de produção das regiões de colonização. O espaço rural é concebido como um ambiente a ser tutelado, seja pelo potencial de formação de movimentos de ação social, como sindicatos, por exemplo, seja como um ambiente propício para o fomento das relações sociais cristãs tão almejadas pela Igreja.

6 CONCLUSÃO

A preocupação com a causa social da Igreja Católica ficou mais incisiva a partir da década de 1960 com as conclusões e os documentos norteadores decorrentes do Concílio Vaticano II. Essa ideia de uma Igreja universal corroborou no processo de

²⁹ BERNAL, Sérgio. **CNBB**: da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres. São Paulo: Edições Loyola, 1989. P. 43.

transnacionalização dos ideais sociais e na cooperação ao combate as mazelas sociais como a fome, a miséria, a vulnerabilidade social e a ausência de instrução técnica. Nesse contexto, a instituição assumiu postura de participar dos processos de desenvolvimento, buscando, dessa forma, implantar um modelo peculiar, alicerçado nos padrões de uma Igreja responsável pelos acontecimentos e pelo futuro dos povos.

Conforme Bernal

Os diversos aspectos que constituem a Questão Social aparecem com frequência como preocupação prioritária dos bispos. [...] Os bispos sentem a necessidade de justificar sua intervenção no campo social, político, econômico e cultural. [...] Do mesmo modo que os bispos estão obrigados a guiar suas comunidades para a vida eterna, devem estimulá-las também a conseguir o equilíbrio social da vida terrena.³⁰

De 1952 a 1968, a Igreja brasileira manifestou a preocupação com a problemática social como um dos temas centrais de suas intervenções. Ver, julgar e agir paulatinamente se tornaram temáticas recorrentes no episcopado, mas a grande questão é: por quais meios? Ao longo da década de 1950 lançam-se sementes no episcopado brasileiro que trazem à tona, os problemas sociais, principalmente do espaço rural. Tudo ainda era um tanto vago, mas esse processo é a base do movimento que se desenrola nas décadas subsequentes. A partir de 1968, as práticas de ação social ficam mais claras e legitimadas através das conclusões explanadas no evento da CELAM em Medellin.

Em 1964, com a instauração de um regime autoritário no Brasil, o papel da Igreja torna-se mais evidente e ela entende que representa uma das poucas entidades instituídas responsáveis pela causa social e amparo às populações condicionadas a situações degradantes. O olhar da Igreja para os pobres, em especial para o meio rural, justifica-se nas décadas de 1960 e 1970 sob os princípios da causa social, mas para além de uma filosofia e de um princípio, torna-se uma preocupação a opção pela ação efetiva.

Isso é uma questão importante, pois, o endurecimento do Regime Militar leva a uma ruptura de uma parcela da Igreja com o Estado, fazendo com que ela assuma papel de protagonismo nas causas sociais, como uma das únicas instituições a favor da população oprimida. O surgimento da Teologia da Libertação nas décadas de 1970

³⁰ BERNAL, Sérgio. Op. Cit. 1989, p. 35.

e 1980 está envolto nessa perspectiva, de uma Igreja que assume uma postura em prol das classes sociais mais oprimidas e vulneráveis. Ver, julgar e agir torna-se uma bandeira de ação social abrangente. Esse contexto denota à Igreja Católica um papel político determinante no embate social transcorrido no Brasil no período.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. In: **Revista Política Agrícola**. Brasília, Ano XX, Nº 2, p. 80-88, 2011.

BASSANI, Paulo. **Frente agrária gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: Eduel, 2009.

BERNAL, Sérgio. **CNBB: da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres**. São Paulo: Edições Loyola, 1989

BRITO, Lucelmo Lacerda. Medelin e Puebla: epicentro dos confrontos entre progressistas e conservadores na América Latina. In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 111, p. 81-89, 2010.

CARTA DO EPISCOPADO. Ofício episcopal de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 de Julho de 1968. Disponível no arquivo da Arquidiocese de Passo Fundo.

CELAM - II CONFERENCIA GENERAL DEL EPISCOPATO LATIIONAMERICANO. DOCUMENTOS FINALES DE MEDELLIN. 1968. Disponível em: http://www.celam.org/doc_conferencias/Documento_Conclusivo_Medellin.pdf. Acesso em 10/04/2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. Cadernos da CNBB, nº 1, 1963

GOMES, Dom José. Justiça na Verdade e na bondade: celebração de 05 de Março de 1978. In: LOVERA, Clair José [et. al.] **Sermões do Bispo Dom José Gomes**. Florianópolis: Premier, 2013

GOULARTI FILHO, Alcides. **A formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GREGORY, Valdir. Colonização e modernização: representações camponesas no oeste do Paraná. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMAN, Rosane. (Orgs). **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Vol III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013, p. 214-230.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: Igreja Católica Progressista Brasileira e o Fórum Social Mundial. In: **Revista Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, vol 29, nº 2, p. 177-197.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**: cem anos de compromisso: 1889-1989. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. **A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATTOS, Luiz Augusto de. **A Igreja Católica no Brasil e a sua opção pelos pobres**: do Concílio Ecumênico II à Conferência de Puebla. 262 p., Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Conceição, São Paulo, 2008.

RODEGHERO, Carla Simone. Campo X Cidade: o discurso católico frente a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. In: **Revista Anos 90**. Porto Alegre, nº 7, p. 148-176, 1997

SCHERER, Dom Vicente. A eucaristia magisterium fidei et vinculum amoris: socialismo e comunismo. **Revista Unitas**, Porto Alegre, ano XLVIII, fascículo 1, Março, 1950, p. 60.

SEIXAS, Lara; BRENNEISEN, Eliane. Memória dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu: um capítulo da colonização do oeste do Paraná sob a ótica dos “excluídos” da história. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMAN, Rosane. (Orgs). **Colonos, colônias e colonizadoras**: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Vol III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013, p. 231-252.

SILVA, José Graziano da (Org.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUZA, Rogério Luiz de. **A Reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista (1945-1965)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFPR. Curitiba, 2001.

TEDESCO, João Carlos. Dimensões simbólicas nos conflitos pela terra entre índios, negros e agricultores no norte do RS: os usos da memória. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul**: indígenas e agricultores. Porto Alegre: Letra&Vida; Passo Fundo: IMED, 2014, p. 242-255